

Os recados do Brasil aos nossos credores na Europa

O presidente do BC, Fernão Bracher, critica a política dos bancos credores, defende um tratamento diferenciado para o Brasil e diz que o País está aberto a novos investimentos. Por Reali Jr., nosso correspondente em Paris.

Os credores internacionais do Brasil utilizam a antiga máxima *dividit ut impetrat*, e não uma técnica de análise e de ação econômica e social. Essa crítica foi formulada ontem em Paris, durante uma palestra proferida na Associação dos Bancos Franceses e a convite do Instituto de Estudos Bancários e Financeiros, pelo presidente do Banco Central, Fernão Bracher.

Ao invés de um tratamento global, segundo Bracher, os credores se dizem defensores da solução casuística, isto é, defendem a análise caso por caso. Dessa forma, é mais fácil negar sua parte de responsabilidade na crise e exigir o máximo do devedor. Ele também defende uma análise caso por caso, desde que haja reciprocidade. Por isso, reivindica um tratamento diferenciado dos demais países na negociação da dívida externa brasileira.

O representante do governo brasileiro justificou essa posição lembrando a importância do País, além de suas características próprias. Bracher se diz encorajado pelas negociações que o Brasil vem mantendo atualmente com seus credores, acreditando que se poderá atingir rapidamente o objetivo comum: restabelecer, o mais cedo possível, condições de normalidade para o Brasil junto aos mercados financeiros internacionais.

Clube de Paris

Antes desse encontro, Bracher manteve os primeiros contatos informais com os representantes do Clube de Paris, o diretor do Tesouro francês, Jean-Claude Trichet, além de avistar-se também com o diretor-geral do Banco da França, Michel Candessus, que em novembro de 1983, na direção do Tesouro francês e do Clube de Paris, foi quem negociou com as autoridades brasileiras da época o reescalonamento de uma parcela de US\$ 3,8 bilhões de nossa dívida pública ou privada, mas com garantia dos Estados.

Em relação a esses encontros, o presidente do Banco Central procurou ser o mais discreto possível, não só com os jornalistas que o procuraram mas também com os banqueiros franceses que o questionaram sobre o assunto. Na verdade, é nessa área que ocorre uma certa irritação junto aos meios financeiros franceses, pois os juros da parte reescalada não estão sendo pagos corretamente desde o início de 1985. Uma pergunta nesse sentido feita pelo diretor da área de Crédito Exterior do Paribás, um dos bancos franceses mais envolvidos com a dívida brasileira, praticamente ficou sem resposta. Aos jornalistas, o presidente do Banco Central, apenas disse que os juros estavam sen-

do depositados no Banco Central e que seriam pagos assim que fossem concluídas as negociações.

De qualquer forma, ele revelou que após a conclusão das negociações com os bancos comerciais em Nova York, o diretor do Banco Central Antonio de Pádua Seixas deverá viajar para a França, para novas conversações com o Clube de Paris. Sobre a tradicional posição do Clube que só negocia com qualquer devedor após um acordo formal com o FMI, Fernão Bracher comentou que o Clube de Paris não é regido por nenhuma regra escrita e que isso poderá ser alterado.

Até agora, entretanto, não se tem conhecimento de tais casos, a não ser quando um país não é membro do FMI, caso de alguns países socialistas. Nesses casos, o próprio Clube monta uma comissão com os credores que viaja para o país interessado preparando um relatório sobre a evolução da situação econômica, o que não deixa de ser uma forma de se efetuar um monitoramento direto.

Na noite passada, Fernão Bracher juntou com os representantes dos principais bancos comerciais franceses, concluindo assim essa "Operação Charme", procurando tranquilizar os descontentes banqueiros franceses que não se conformavam apenas em obter informações através de seu representante no comitê de bancos em Nova York, mas exigiam um certo contato direto com os representantes do país devedor. Daí certas reações definidas como uma certa "crise de ciúme".

Não ao Fundo

Respondendo às perguntas de representantes de bancos franceses, o presidente do Banco Central voltou a reafirmar a posição brasileira, lembrando que o Brasil em nenhum momento rejeitou as instituições internacionais, mesmo porque é um de seus membros. O Brasil apresentou seu programa ao FMI, com quem tem bom relacionamento. Mas, como o País não pretende solicitar dinheiro novo este ano, Fernão Bracher acha que não há necessidade de recorrer ao Fundo.

A seu ver, a partir de 1982 o mundo mudou, e o FMI continua agindo como anteriormente. Por essa razão acredita que é preciso adaptar o FMI a essa nova realidade, reconhecendo o trabalho de Jacques de Larosière nessa direção: "O Brasil está acompanhando esse esforço do FMI e está disposto a ajudá-lo nesse caminho, mas quer também que sua posição seja respeitada".

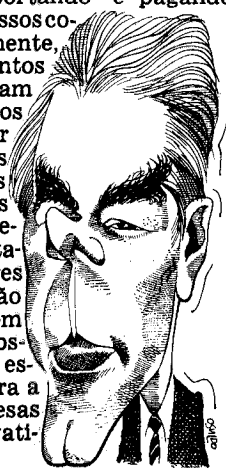
Quanto ao Plano Baker, que prefere denominar de iniciativa, admitiu que se trata

de um passo importante, pois mostra que os bancos internacionais são insubstituíveis. Na sua opinião, o plano é o reconhecimento de que sem os bancos comerciais o problema não pode ser resolvido. Lembrou as críticas feitas aos bancos anteriormente pela situação de endividamento criada junto aos países do Terceiro Mundo, mas agora essas mesmas áreas reconhecem que uma saída só poderá ser encontrada com a ajuda deles.

Ele defendeu também a negociação caso por caso, chamando atenção para o problema atual do México, que não pode ser comparado com o de outros países, tendo em vista a queda dos preços do petróleo. "Não se pode tratar o caso mexicano da mesma forma da Argentina e do Brasil, pois os problemas são diferentes. Além disso, existem países que investiram os capitais recebidos em obras de infra-estrutura, enquanto outros não. É o caso de alguns países que permitiram uma grande fuga de capitais. Ora, o tratamento deve ser diferenciado entre um e outro."

Bracher chamou também atenção dos banqueiros para as questões sociais, admitindo ser verdade que precisa haver ordem, mas que é preciso também dar a esses países uma possibilidade de progresso, tendo em claro: "É preciso haver sensibilidade dos dois lados. Não pode haver um tipo de negociação na base do 'eu não quero, não compro', mesmo porque a mercadoria já foi comprada".

Entre as grandes reivindicações brasileiras ele cita a necessidade do País obter dinheiro novo, mas não este ano. Isso para que grandes obras que se encontram em fase final possam prosseguir, permitindo a modernização indispensável do País. Além domais, para que o País possa continuar exportando e pagando em dia seus compromissos como até agora. Finalmente, quanto aos investimentos estrangeiros que foram limitados nos últimos anos, Fernão Bracher disse que as condições oferecidas pelo País continuam sendo boas e que apenas quatro setores apresentam limitações para os investidores estrangeiros. Em relação aos demais não há, em princípio, nenhum obstáculo para o capital estrangeiro, inclusive para a participação em empresas que poderão ser privatizadas proximamente.



Qual o caminho do Brasil? (Os bancos querem saber.)

O comitê dos bancos que assessora o Brasil nas negociações de sua dívida externa reuniu-se ontem em Nova York sem a presença dos representantes do governo brasileiro. As negociações bilaterais devem recommençar hoje.

Ontem, o comitê só falou com os brasileiros pelo telefone. Como se previa desde o início, as negociações prosseguem lentamente. Os bancos estão muito cautelosos, disse uma fonte. Há muitas variáveis em processo de mudança, já que o preço do petróleo ainda não terminou de cair e não é muito claro o que o México pretende fazer. O presidente De La Madrid tinha anunciado sexta-feira que não poderá pagar a conta integral de juros do país este ano. Não ficou claro se o México pretendia obter a capitalização dos juros ou limitar os pagamentos em função de suas receitas de exportação.

De La Madrid disse não desejar confronto com os credores, mas um banqueiro norte-americano, que retornou no fim de semana de uma viagem pela América Latina, afirmou ontem que muitos colegas seus temem que o México suspenda os pagamentos a

qualquer instante, como meio de melhorar sua posição nas negociações. "A situação financeira do México é mais uma vez dramática", afirmou.

O mesmo banqueiro disse haver considerável apreensão entre funcionários do governo norte-americano sobre o encontro do grupo de Cartagena, daqui a dois dias, no Uruguai. Muitos acham que o México tentará obter apoio dos demais latino-americanos para adotar uma linha mais dura nas negociações. A fonte não está segura sobre a posição que o governo brasileiro adotaria, mas acha que o governo argentino está dividido, sendo que a equipe econômica de Alfonsín não teria interesse em provocar nenhum choque no sistema neste momento. A seu ver, os bancos poderiam perfeitamente tolerar uma suspensão dos pagamentos por algum tempo, enquanto pensam no que fazer.

Ontem, o ministro da Economia do México, Silva Herzog, estava em Washington e reuniu-se à tarde com o secretário do Tesouro, James Baker, e com o presidente do Banco Central americano, Paul Volcker.

Vista pelo ângulo das dificuldades que alguns países enfrentam, a situação do Brasil parece particularmente boa, disse uma fonte brasileira. As quedas dos juros e do preço do petróleo no mercado internacional favorecem o Brasil. O único senão no horizonte foi a notícia de que a Argentina finalmente chegou a acordo com o FMI sobre as novas metas do programa. Para o Brasil, segundo algumas fontes, quanto pior para os outros, melhor, e a Argentina parece ter dado um passo importante para a superação de suas dificuldades externas imediatas.

A demora nas negociações com o Brasil pode também refletir o cuidado com que se move o comitê dos bancos, um cuidado que tanto pode ser o produto do temor em relação aos devedores como da insegurança em relação ao cumprimento do mandato que recebeu da comunidade bancária internacional. Enfim, o comitê desejaria ter certeza do caminho que o Brasil e os demais devedores pretendem percorrer:

A.M. Pimenta Neves, de Washington

EUA pressionam contra negociação política da dívida

As vésperas de uma reunião que pode dar novos rumos à negociação da dívida externa latino-americana, o presidente Ronald Reagan enviou o embaixador itinerante dos EUA, Harry Schlaudeman, para uma viagem estratégica. Schlaudeman se encontrou ontem com o presidente argentino Raul Alfonsín, em Buenos Aires, e, segundo fontes ligadas à Casa Rosada, pressionou-o a esquecer a idéia de uma negociação mais "política" a partir da reunião de chanceleres do continente, que começa nesta quinta-feira em Punta del Este, no Uruguai.

Alfonsín, ao lado do peruano Alan García, é um dos principais defensores de uma nova postura dos devedores e esse é o tema mais importante da reunião. O Brasil, ainda sem posição oficialmente definida, enviará amanhã uma delegação chefiada pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e pelo chanceler Abreu Sodré, México e Venezuela, os outros dois maiores devedores latino-americanos, também estarão presentes, com uma proposta de negociação "política", baseada na queda dos preços internacionais de matérias-primas como o petróleo.

Pressão

Os chanceleres e ministros da Fazenda que se reunirão em Punta del Este formam o que ficou conhecido como "comitê de acompanhamento" da dívida externa, encarregado de propor sugestões ao plenário do Consenso de Cartagena, a quem caberá uma

decisão final a respeito da nova postura.

A reunião foi solicitada no início do mês pelos presidentes do México, Miguel de la Madrid, e da Venezuela, Jaime Lusinchi, após um encontro em Cancun, México, onde analisaram a queda dos preços internacionais do petróleo. Mais de 90% das receitas da Venezuela e 70% do México são provenientes do petróleo — e a guerra internacional de preços já está causando problemas para o pagamento das dívidas externas dos dois países.

A reunião do Grupo de Cartagena, oficialmente, é para que os devedores troquem opiniões sobre o mercado mundial do petróleo e financeiro. Mas a idéia é utilizar a reunião como uma forma de pressão política para forçar o governo dos Estados Unidos a aceitar discutir a redução das taxas de juros do mercado norte-americano.

A crise do petróleo — pelo menos para o governo brasileiro — servirá apenas como um motivo, um fato novo, para que os devedores exerçam pressões. O Brasil levará a tese de que para pagar suas dívidas externas os países da América Latina precisam exportar — e que suas vendas têm sido reprimidas pela queda da cotação internacional das matérias-primas e por ações protecionistas dos países desenvolvidos.

Como o petróleo é o "gancho" da reunião, as reclamações sobre os preços das matérias-primas serão mais ouvidas. Um di-

plomata brasileiro lembrou ontem que nos últimos dez anos a queda dos preços é constante. E que hoje Brasil, Argentina, Chile, Bolívia e Uruguai ressentem-se da baixa dos preços, por exemplo, da soja, cacau, açúcar, algodão, alumínio, estanho, trigo, carne e cobre.

Um estudo da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), lembrou o diplomata, revela que somente no ano passado a América Latina transferiu nada menos que US\$ 35 bilhões de recursos financeiros para os países desenvolvidos. "Está desaparecendo a capacidade de pagamento dos países em desenvolvimento", afirma o diplomata. "Não se pode esperar um milagre da reunião, mas sim uma maior conscientização dos problemas comuns que estamos enfrentando", completou.

Mas o jogo de pressões já está em andamento. Segundo a agência noticiosa EFE, o enviado especial de Reagan à América do Sul traz a missão de "adiantar-se a qualquer postura conjunta" dos devedores. Seria uma missão de "boa vontade" para evitar o endurecimento de posições na reunião de Punta del Este. Não se sabe se essas pressões terão algum efeito prático sobre a posição argentina, que a essa altura é fundamental para a unidade dos devedores. Mas até ontem o governo Alfonsín mantinha oficialmente a posição de separar a dívida continental em duas categorias: dívidas antigas e novas.

Os encargos financeiros do governo: Cr\$ 243 trilhões.

Os encargos financeiros da União para este ano estão estimados em Cr\$ 243 trilhões, dos quais Cr\$ 155,8 trilhões serão gastos com o pagamento de juros e amortização da dívida. Desse total, Cr\$ 118,8 trilhões são referentes aos juros da dívida interna a serem pagos aos compradores de LTN e ORTN. Mais Cr\$ 7,6 trilhões correspondem aos juros da dívida externa, e Cr\$ 3,2 trilhões são encargos com lançamento de bônus no Exterior.

O governo gastará mais Cr\$ 35,5 trilhões com aquisição de trigo, tanto importação como produção nacional. Mais Cr\$ 4,8 trilhões estão comprometidos com o pagamento de empréstimos externos contraídos em consórcios de bancos internacionais. Cr\$ 3,1

trilhões irão para o programa de crédito rural e agroindustrial do Norte e Nordeste. E Cr\$ 513 bilhões para o pagamento dos encargos da dívida agrária, e mais Cr\$ 932 bilhões para capitalização do BNDES.

O orçamento do Tesouro para 1986 destina Cr\$ 26,8 trilhões para a cobertura de diversos outros encargos: equalização dos juros do crédito rural — subsídio direto —, Cr\$ 844 bilhões; financiamento de equalização dos preços do açúcar e do álcool, Cr\$ 1,9 trilhão; aquisição de estoques reguladores, Cr\$ 5,8 trilhões; aquisição de produtos agrícolas, mais Cr\$ 17,5 trilhões; e Cr\$ 622 bilhões para a cobertura do Proagro, seguro agrícola.

Já a arrecadação tributária da União,

em janeiro, atingiu Cr\$ 47,1 trilhões, contra Cr\$ 9,3 trilhões no mesmo período de 1985, apresentando um crescimento real, descontada a inflação, de 53%. Este ótimo desempenho ficou acima das expectativas do próprio Ministério da Fazenda. A Secretaria da Receita Federal projetava uma arrecadação em torno de Cr\$ 35 trilhões para o mês passado. Técnicos do órgão atribuem o "estouro" da previsão aos primeiros resultados concretos do "pacote fiscal", aprovado no final do ano passado, e à reativação da economia.

